

**FORA O IMPERIALISMO DO GOLFO PÉRSICO!  
ABAIXO O BOICOTE!  
QUE AS MASSAS ÁRABES RESOLVAM SEUS  
PRÓPRIOS PROBLEMAS!**



**EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS**

# **MASSAS**

**Órgão da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário – Ano I, nº 9**

## **Organizar de fato a Greve Geral Pôr em pé a Campanha Unificada**

Declaração da T POR:

Contra a traição da direção  
do PT à aspiração das massas  
de construir um Partido de Classe,  
voto nulo nas eleições! Em defesa  
da política independente do  
proletariado, por um Partido  
Operário Revolucionário!

Pelas reivindicações  
das massas em luta!

*O governo pró-imperialista negocia o pagamento da dívida externa com o FMI. As massas passam fome sob o Plano Collor. O governo joga com mais recessão. O que quer dizer mais desemprego. Ao mesmo tempo, ameaça militarizar as greves. Pretende impor uma lei de greve fascista para enfrentar os trabalhadores em luta. Tudo isso indica que os assalariados devem ampliar seu movimento. A CUT aprovou a unificação das campanhas salariais. Levantou a bandeira de "Construir a Greve Geral". Pois bem, o caminho é construir os comitês de greve em cada fábrica, bairro popular, escola e locais de trabalho. Que a CUT chame a formar um comando nacional organizador da greve geral. Que lance uma grande campanha pelo salário mínimo de 45.000, com escala móvel dos salários (reajuste automático), pela reposição de 288%, terra aos camponeses e expulsão do imperialismo. Este é o caminho real para se contrapor ao governo Collor e sua política antinacional e antipopular.*

**RESOLUÇÕES DA CONFERÊNCIA**

**EXTRAORDINÁRIA DA T POR**

**AS ESQUERDAS E O PT**

**PÁG. 4**

**PÁG. 10**

**Conferência Extraordinária**

**DECLARAÇÃO DA T. POR VOTO NULO, EM DEFESA DA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO, DA POLÍTICA INDEPENDENTE DO PROLETARIADO, POR UM GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS, PELAS REIVINDICAÇÕES COMO SALÁRIO MÍNIMO DE 45.000,00; REPOSIÇÃO SALARIAL DE 288%; ESCALA MÓVEL DOS SALÁRIOS, TERRA AOS CAMPONESES E EXPULSÃO DO IMPERIALISMO.**

Agrava-se a situação de vida dos assalariados. A expropriação salarial de 288% do Plano Collor e o miserável salário mínimo de 6.056,32 atingem em cheio a mesa da família trabalhadora. Faltam o arroz, o feijão, o leite e o pão em quantidade suficiente na casa dos assalariados. Poucos são os que não passam necessidade. Até mesmo a condução para o serviço está difícil de se pagar. Isso para os que estão empregados! Os milhares de demitidos por Collor aumentam o exército de desempregados. Aumentou a quantidade dos sem-teto! Cresceu o número de crianças famintas! Tudo isso quer dizer que cresce a exploração capitalista do trabalho. No entanto, a inflação continua em alta, reduzindo mais e mais os salários congelados. E o governo Collor promete mais choque, mais violência e mais miséria. Tudo isso para proteger os interesses dos capitalistas nacionais e do imperialismo credor. Porém, as massas assalariadas não estão passivas. Estão dispostas a sair às ruas. As centenas de greves e as inúmeras ocupações de terra demonstram essa disposição de combate. Em contraposição, os partidos burgueses de Maluf, Covas, Brizola chamam o voto para desviar a atenção dos oprimidos. E o PT, tem se oposto ao eleitoralismo demagógico? Tem combatido os partidos burgueses? Tem chamado as massas à luta grevista, a saírem nas ruas contra Collor e seu Plano? Não! O Plínio tem feito promessa e mais promessa de desenvolver o capitalismo, o que significa manter a exploração. Desta forma, as eleições estão sendo colocadas como um desvio do combate grevista, o único capaz de quebrar o arrocho e defender emprego. Por isso, os assalariados não têm como se manifestar de forma independente nas eleições. Falta-lhes um verdadeiro partido operário revolucionário, que conduza a luta anticapitalista e antiimperialista. Por isso, a T.POR chama os operários, camponeses, assalariados pobres e a juventude a votar nulo, defendendo a luta direta contra Collor, as reivindicações mais sentidas e a construção do partido revolucionário que tenha por meta a revolução proletária — o socialismo.

**Escreva para o jornal MASSAS**

**um jornal de luta  
pelo governo operário e camponês  
e pelo socialismo**

**Caixa Postal nº 01171  
CEP 01057 — São Paulo — SP**

# Ou o confronto com o governo pró-imperialista ou mais desemprego e fome

O otimismo do governo de derrubar a inflação abaixo dos 10% caiu por terra. Já se computa 10,5% para agosto. Pelo índice do IBGE, é de 12,03% e da FGV, 13,62%. Em julho a inflação oficial foi de 10,79%, entretanto o valor da cesta-base subiu 13%, o que significa que os bens consumidos pelas massas foram os mais afetados. Os capitalistas lucraram muito e os assalariados foram arrojados, eis o segredo da inflação.

Em nome do controle inflacionário e estabilização, Collor desfechou um dos Planos mais violentos da história do país: achatou os salários de 200% a 300%, derrubou o valor do salário mínimo ao patamar mais baixo, reduziu em 30% a massa salarial, demitiu e afastou 100 mil funcionários públicos, elevou o desemprego só em São Paulo a 1 milhão, confiscou a poupança da classe média, iniciou a desestatização, abriu o mercado interno, aumentou as tarifas, anulou praticamente os investimentos públicos, enfim atacou em profundidade as condições de vida da maioria e a economia nacional. Entretanto a perspectiva é de um novo surto inflacionário e de descontrole financeiro.

Com os índices nas mãos, os ministros gritam que será inevitável ampliar a recessão (desemprego), caso a burocracia sindical reformista não breque o ímpeto das massas furiosas e os monopólios não amortecem a voracidade dos aumentos. O fato é que o governo está sob intensa pressão do imperialismo que lhe cobra regularizar o pagamento dos juros atrasados da dívida externa. Por outro lado, os banqueiros nacionais resistem em pagar os bilhões de cruzados que pertencem ao Banco Central, armando um quadro de crise. A retomada da especulação e a luta distributiva entre os grandes grupos que dominam a economia estão em marcha. O que significa a abertura de uma situação turbulenta, onde a elevação dos preços se combina com a tábua rasa da depreciação salarial.

O governo tem claro que sua política de livre negociação e de proteção das empresas contra a reposição integral das perdas dependerá da colaboração da burocracia sindical cutista (a CGT já apóia o Plano), pois o pior ainda está por vir. Caso contrário, a vocação fascizante de Collor deverá se expor à luz do dia. Uma vez que seu Plano depende do imperialismo, não tem como segurar por mais tempo as exigências de pagamento da dívida, que implica em alimentar a inflação. E há o agravamento da alta do petróleo. A continuidade do Plano depende, portanto, da aceitação passiva dos assalariados de mais confisco salarial e desemprego.

Por várias vezes, o Planalto levantou a hipótese de militarizar as greves. O fato de ter podido derrotar os movimentos isolados, num quadro propício para um levante nacional, lhe permitiu ainda manter as aparências da "livre negociação" e de "não intervencionismo" nas questões trabalhistas. Porém, frente ao menor aceno da CUT de unificar as campanhas e indicar o desejo de uma greve geral, o ditador civil levantou ou o pacto social ou a repressão. Ou um acordo que preserve o Plano ou a recessão profun-

da. Ou os trabalhadores renunciam às reivindicações salariais ou mais desemprego. Pretende-se colocar a CUT entre a cruz e a espada. E para isso o governo conta com a ala conciliadora liderada por Lula e Meneguelli, cujo objetivo central de suas vidas é fortalecer a democracia burguesa e possibilitar que o PT se viabilize eleitoralmente.

Frente ao previsível fracasso eleitoral do PT nestas eleições, à manutenção do veto presidencial à lei salarial patrocinada pelo PMDB, PSDB, etc e a mais completa inflexibilidade patronal nas negociações, crescem as pressões no interior da CUT para que se quebre o imobilismo. Entretanto, isso não modifica a linha da direção (Articulação) de não abrir um canal largo, que possa dar vazão ao descontentamento dos trabalhadores e armar um quadro de confronto com o governo. A Plenária Nacional da CUT, realizada recentemente em Minas, comprova bem esse fato. A aprovação da unificação das campanhas salariais não chegou a romper a camisa corporativista, que implicava na formação imediata do comando único de greve, com representação majoritária de delegados de base e o chamamento dos comitês de base unificados. Quanto à bandeira de "construir a greve geral" é mais uma promessa da burocracia, pois esta se negou terminantemente a prepará-la no momento mais oportuno.

O problema que se coloca é que o governo não pode ser brando com as massas. O que está em jogo é a preservação dos interesses dos capitalistas, os quais incluem os credores imperialistas. Agora, o aumento da miséria e o empobrecimento generalizado colocam para o proletariado uma resposta à altura, isto é, liderar um movimento de maioria nacional em contraposição ao governo pró-imperialista e tudo que ele representa. A unidade do proletariado com os camponeses pobres e os assalariados da classe média urbana numa frente grevista e de luta de massas é a via de fato para quebrar a espinha dorsal do governo antinacional e antipopular e avançar na organização independente dos trabalhadores. Os reformistas da Articulação rejeitam trilhar esse caminho, pois é incompatível com a política de atribuir ao parlamento a função de resolver as contradições de classe, agudizadas pela crise capitalista. E mesmo que não aceitem o pacto social proposto pelo Ministro Cabral, não deixarão de colaborar ao sacrificar a unidade das massas em luta em favor do jogo democrático burguês.

A T.POR, opostamente, defende que a CUT (e o próprio PT) rompa a política de manobras, se lance junto às massas, levantando o salário mínimo real de 45.000,00, a reposição integral, a escala móvel dos salários e horas de trabalho, terra aos camponeses e expulsão do imperialismo, como ponto de partida para se confrontar com os ataques capitalistas e a fascistização do governo Collor. Assim a greve geral poderá se concretizar e servir de instrumento para a estruturação do movimento da maioria nacional contra a burguesia nacional e os invasores imperialistas.

# A T.POR rompe com o PT e chama o voto nulo

*Em Conferência extraordinária a T.POR analisou o processo de integração do PT no Estado burguês, o papel de freio à unificação das massas em luta, as "gestões populares" pró-capitalistas das prefeituras, a avançada burocratização dos sindicatos e da CUT sobre a influência do reformismo e a burocratização do próprio partido, que, sob o domínio da Articulação, culminou com a aprovação do regimento sobre as Tendências, o qual impossibilita as divergências estratégicas e a liberdade de crítica. Em função disso, tornou-se impossível a militância organizada dos revolucionários, que defendem a construção do programa em torno dos objetivos da revolução proletária e do partido leninista-trotsquista.*

*A diretriz de expulsar as Tendências que não capitulassem diante da estratégia do governo democrático e popular, do frente populismo eleitoral e do partido burocrático eleitoral (impropriamente chamado partido estratégico socialista) é um reflexo do avançado comprometimento do PT com as relações políticas burguesas, destinadas a sustentar o capitalismo decadente. Esse comprometimento se volta contra a independência política do proletariado e contra as tendências de combate direto, como verificamos em toda trajetória petista de fazer das eleições o centro de sua atividade e do jogo parlamentar a essência de sua tática. E não é por outra razão que o seu principal candidato, Plínio de Arruda Sampaio, declara não haver incompatibilidade do socialismo do PT com o capitalismo, que traduzindo significa entre a orientação social-democrata e a propriedade capitalista dos meios de produção.*

*Frente a tudo isso, a T.POR rejeitou se sujeitar à regulamentação disciplinadora das Tendências, rompeu definitivamente com o PT e chama o voto nulo nas eleições, assinalando a tarefa estratégica de construir um verdadeiro partido operariado revolucionário, que tenha por objetivo a luta pela revolução e ditadura proletária. Em seguida, apresentamos as Resoluções.*

## Resolução sobre o PT e as Eleições

1. As Convenções Estaduais e a Nacional, realizadas em maio, deram mais um passo definitivo de integração do PT no capitalismo, isto é, de negação da luta político-programática pela independência de classe do proletariado e das massas oprimidas. Aprovou-se a estratégia do socialismo democrático, que nada mais é do que uma versão social-democrata, oposta à estratégia do proletariado que objetiva derrubar, pela violência revolucionária (luta de classes), a burguesia do poder e expropriá-la de todo domínio econômico. Desta forma, o PT se coloca, no Brasil, como uma força decididamente voltada à colaboração de classe, embora esteja em atrito com uma parcela do grande capital. A nível internacional, acaba por se colocar no campo das tendências democratizantes pró-burguesas, voltadas a reconstituir o poder político e a propriedade capitalista no Leste Europeu, opondo-se, portanto, à revolução política e ao restabelecimento do poder soviético (Estado Operário e ditadura do proletariado) anti-estalinista e anticapitalista.

2. Esta definição, claramente social-democrata, é uma conclusão natural do V Encontro Nacional de 87, que estabeleceu o objetivo do governo democrático e popular a ser alcançado pela via eleitoral, isto é, dos mecanismos da democracia formal burguesa. Fórmula esta que abriga a possibilidade de um governo de coalizão com os partidos burgueses democratizantes. Como ficou evidente nas eleições presi-

denciais, o PT está destinado a arrastar as massas para uma frente democrático burguesa, sacrificando, nos marcos da democracia, a luta de classes e a independência política do proletariado. O esforço para consolidar a frente popular empurrará mais ainda o PT para a sustentação do Estado capitalista. A derrota da Articulação em vários Estados em seu propósito de, nas eleições estaduais, apoiar já no 1º turno candidaturas pró-burguesas, como a brizolista, não significou uma verdadeira reviravolta contra o frente-populismo, pois nas bases divergências estavam os interesses eleitorais das candidaturas patrocinadas pelas esquerdas, e, ao mesmo tempo, se preservou integralmente o conteúdo da política que combina pressupostos social-democratas e estalinistas (a democracia como valor estratégico e o frente-populismo).

3. O PT está consolidado como um partido reformista pequeno-burguês. Por detrás do monumental empenho de se tornar uma força eleitoral capaz de ser uma alternativa democrática entre os demais partidos capitalistas, está a análise da possibilidade de desenvolver um capitalismo nacional independente da opressão imperialista. O que quer dizer que não há lugar para a revolução da maioria nacional, isto é, a revolução proletária. Essa posição histórica leva o partido a defender a democratização do Estado capitalista, em detrimento da sua destruição. As tarefas nacionais, típicas do país semicolonial,

**Ou o confronto com  
o governo pró-imperialista  
ou mais desemprego e fome**

como a independência da nação frente ao imperialismo, o acesso de milhões de camponeses à terra, o desenvolvimento harmônico das forças produtivas em todas as regiões do país, a erradicação da miséria absoluta e o fim do analfabetismo são encaradas como possíveis de realização no âmbito do regime capitalista e do Estado democratizado, em virtude de uma nova relação de força obtida pela frente popular. Embora se procure negar a todo instante, esta linha revive a concepção estalinista da revolução democrático burguesa para os países semicoloniais e requeita as teses do nacionalismo burguês, responsáveis pelas derrotas fundamentais do proletariado (no Brasil, 1964) e pelo bloqueio de sua formação como classe revolucionária independente.

4. Não é por outra razão que as Convenções de maio consolidaram a idéia do partido de massa policlassista, que na prática já se estruturou. Sob a direção da Articulação e capitulação das correntes de esquerda, aprovou-se uma concepção partidária antimarxista e se condenou o partido leninista de quadro (vanguarda revolucionária do proletariado). Esta conclusão teórica e política das Convenções está de acordo com os objetivos do reformismo social democrata, para os quais não é necessário um partido voltado a estruturar o proletariado como classe dirigente para levantar a maioria nacional contra o capitalismo. Necessita-se de um partido eleitoral, que, de quando em quando, convoque as massas a votarem e apoiarem as bandeiras do social-reformismo. É este mesmo partido que se destina a ocupar postos de comando em todas esferas do poder estatal e executar a tarefa de dirigi-lo no sentido das reformas capitalistas, que como tal são inviáveis na situação de crise e declínio da sociedade burguesa, e, por isso, tal política terminará por se voltar contra as massas, como já tem demonstrado a gestão de prefeituras petistas.

5. As experiências com as denominadas "gestões populares" demonstraram o real sentido da política democrático-populista de bloqueio à luta dos explorados, de demagogia eleitoreira e de carreirismo profissional. Os arrivistas de esquerda utilizam-se do deslocamento das massas para o PT a fim de ocupar cargos no Estado e reproduzir o mesmo aparelhismo oficial, procurando apenas se diferenciar com a máscara esquerdista. A pobreza e os movimentos populares são transformados em escadas para a politicagem, que não dista muito da corrupção típica dos partidos burgueses. Uma parte da militância é literalmente empregada na máquina estatal e passa a defendê-la contra as ameaças das mobilizações. Outra parcela procura enquadrar as lutas na legalidade e no paternalismo. E, finalmente, uma outra desfecha aberta repressão policial, política e administrativa (São Paulo, Diadema, Vitória).

6. No Parlamento, os representantes do PT se adaptaram ao jogo parlamentar e reforçam a ilusão nas possibilidades deste vir a jogar um papel progressivo a favor das massas. Desta forma, movimentam-se de acordo com os choques interburgueses, procurando se aliar e empurrar para a esquerda os partidos burgueses democratizantes. Não se faz, desta maneira, a utilização minimamente revolucionária do Parlamento, isto é, de defesa intransigente das reivindicações dos assalariados, de desmascaramento da democracia burguesa e chamamento das massas à luta direta. Pelo contrário, o PT trabalha pela subordinação da revolta dos oprimidos às decisões do parlamento burguês. Esforça-se por manter a luta de classes no âmbito da democracia do Estado capitalista. Defende como objetivo político o fortalecimento das instituições democráticas como se estas não fossem parte do domínio burguês, isto é, da ditadura da classe capitalista so-

bre a maioria explorada.

7. O exercício da política institucional, o crescimento das perspectivas eleitorais frente à desmoralização dos partidos oficiais e a montagem de um aparato partidário poderoso, com ligações econômicas internacionais, vêm fortalecendo uma vigorosa burocracia, que se profissionaliza cada vez mais na tarefa de gerenciar o Estado capitalista. Frente a ela, verifica-se a dissolução das bases militantes, que, conforme a região, perderam completamente a possibilidade de influenciar na vida real do partido. De fato, os quadros dirigentes são constituídos, na maior parte, por funcionários e militantes mantidos pelo partido (ou pelo sindicato) e sem identificação com a luta direta das massas. A autonomia da casta dirigente perante a base do partido foi obtida por sua dissolução (os núcleos praticamente acabaram ou são inoperantes) e pela sua transformação em instrumento de caça a votos e pelo caráter parlamentarista do partido. Por isso, o PT não passa de um partido de diretórios, que só funcionam em épocas de campanha eleitoral ou para fazer as convenções encabrestadas e formais.

8. A estratégia democratizante do PT é responsável pela estruturação de uma burocracia sindical reformista na CUT e nos sindicatos, que passou a conviver ao lado da burocracia abertamente pró-capitalista e pró-imperialista das CGTs, do sindicalismo de resultados. A renúncia ao combate franco e amplo em defesa das reivindicações mais elementares das massas fica clara na atual situação de ataque capitalista sem precedentes desfechado por Collor contra a maioria assalariada. A burocracia reformista simplesmente tem se negado a preparar a luta nacional, frustrando conscientemente a greve geral (dia 12) e mantido, como método, o isolamento do multitudinário movimento grevista. Essa conduta é uma forma de colaboração com a estabilidade democrática do governo Collor (pró-imperialista) e com os efeitos de sua política econômica (recessão, desemprego, expropriação salarial, miséria, desnacionalização, etc). A política do eleitoral-reformismo e a sua encarnação numa ala importante de dirigentes sindicais funciona, desta forma, como amortecedor e freio da luta direta dos trabalhadores. A burocracia petista nos sindicatos, assim, contribui para a manutenção dos sindicatos na órbita da política burguesa e caminha por integrar a CUT ao Estado. Os dirigentes mais destacados da CUT e dos sindicatos petistas já se constituíram em apêndices parlamentares, comparecendo no movimento operário como uma ponte entre a democracia burguesa e as massas exploradas, isto é, de contenção da luta independente e unitária. Este é o ponto de apoio político e social do reformismo populista do PT.

9. Por todas essas razões, a tendência do PT é de se subordinar cada vez mais às relações do Estado burguês, arrastando atrás de si as massas e colocando-as a mercê das frações burguesas democratizantes. Internacionalmente, evolui para um tipo de alinhamento com a social-democracia, já transparecido pelo intento de aproximação com a II Internacional e com o brizolismo aqui no Brasil. A reunião dos chamados partidos socialistas, realizada em São Paulo, contou com as mais variadas tendências social-democratas, estalinistas, castristas e nacionalistas. Todos eles têm em comum a estratégia do desenvolvimento de um capitalismo nacional independente e da democracia. Este fato reforça o papel do PT de aglutinar as esquerdas nacionais reformistas e se tornar uma referência internacional dessa orientação política, que certamente se opõe ao internacionalismo proletário.

10. Numa situação de desmoronamento do capitalismo e de crise do

## **voto nulo**

### **para governador e parlamento**

estalinismo, a estratégia social-democrata procura ter um longo alcance, como antídoto da revolução proletária e da revolução política (no Leste Europeu, Rússia e China). A cristalização do PT como reformista o coloca no campo da antirevolução que, se no momento ainda não comparece em forma totalmente acabada, mais à frente se revelará como tal. O fato do nacional-reformismo se airtar inevitavelmente com o grande capital e, inclusive, vir a se apoiar conjuntamente nas massas contra aquele não o impedirá de se opor à ação revolucionária do proletariado, pois seu objetivo é o de se constituir numa alternativa de sustentação do capitalismo pela via das reformas e do pacifismo democrático.

11. Os aspectos conjunturais das diretrizes do PT expõe com clareza o conteúdo pró-capitalista de sua estratégia democrático-popular. Diante do governo burguês pró-imperialista de Collor, o partido levantou a bandeira de oposição democrática, que quer dizer evitar um confronto direto das massas com o poder central e limitar as pressões das classes no âmbito da legalidade parlamentar, constitucional e jurídica. A proposta parlamentarista do governo paralelo, inspirada no sistema inglês, visa a canalizar a política do PT para a esfera estatal, de maneira que não fira a ordem estabelecida pela Constituição e pelas eleições presidenciais. Isto se choca com a tendência das massas se levantarem contra a burguesia e seu Estado e tomarem em suas próprias mãos seus objetivos de classe. O governo paralelo é o retrato de que o PT pretende com seu governo de coalizão frentepopulista, porque se propõe a encontrar soluções políticas, econômicas e sociais a partir dos mecanismos legislativos e executivos do Estado. Ao contrário, a política revolucionária levanta as tarefas e as bandeiras para que o proletariado e as massas assumam por si mesmas, tendo por método a luta de classes.

12. A crise econômica e a desagregação do Estado (crise do regime político) têm obrigado e facilitado a ação direta das massas. A despeito do controle burocrático sindical, um traço essencial da situação é o crescimento do movimento grevista e o seu avanço qualitativo, isto é, a sua intensificação (greve geral, ocupação de fábrica, piquetes). O aumento da atividade social das massas as desloca para o pólo de independência objetiva de classe. Por experiência, se distanciam dos partidos burgueses democratizantes e se aproximam do PT a procura de um instrumento independente. No entanto, o PT não tem feito outra coisa senão esconder o caráter de classe desses partidos (PMDB, PSB, PSDB, PDT, etc), seus vínculos com a social-democracia internacional (imperialismo) e ludibriar os trabalhadores com a qualificação de partidos progressistas. Desta forma, não apenas nega a tarefa de separar o proletariado da burguesia democratizante, como auxilia para a sua subordinação. É nesse quadro que a estratégia do reformismo surge como uma força de estrangulamento da evolução das massas e retardamento da estruturação marxista da vanguarda em um partido revolucionário (uma parcela se degenera sob a ação do oportunismo).

13. As correntes de esquerda, entre elas as pseudo-trotsquistas, foram se adaptando cada vez mais ao democratismo do PT. O caso extremo foi o do "O Trabalho" que chegou a se dissolver na Articulação, se reconstituindo posteriormente com a mesma orientação. Todas se identificam num ponto comum: a renúncia da tarefa de construção de um programa de transição socialista para o Brasil (que só pode ser internacionalista) e do partido revolucionário leninista. Com esta ou aquela diferença que as separam, todas sacrificaram essa tarefa histórica em favor de um partido de massa eleitoral, que possibilita êxitos momentâneos nas urnas e carreiras parlamentares.

Ultimamente, Causa Operária fez um enorme giro a ponto de se curvar frente às exigências do regulamento burocrático-repressivo, que anula a vida das Tendências e as obriga a renegar suas posições políticas. E, em nome de manobras táticas, Causa Operária chega a abrir mão da antiga caracterização do PT como partido institucional, isto é, pequeno burguês democratizante. Tudo isso para viver parasitariamente à sombra do democrático-eleitoralismo.

14. O ultimatum da Articulação e seus aliados para que as correntes se submetam à disciplina do burocrático-reformismo, a colocação objetiva da expulsão das tendências, a impugnação das candidaturas de esquerda e a expulsão de um dirigente da T.POR indicam o grau de apodrecimento da vida interna do partido. Essa ação repressiva visa eliminar as enormes contradições da política democratizante. E assinala a inviabilidade cada vez maior das correntes preservarem sua fisionomia própria ao terem de se sujeitar aos ditames do social democratism, que quer dizer anular a luta pela construção do partido revolucionário em oposição ao PT reformista.

15. Em São Paulo, a candidatura de Plínio de Arruda Sampaio significou a vitória das forças social-democratas e cristãs mais à direita do partido. Assinalou a direitização do PT. Plínio não é apenas um candidato avulso e "bom de voto", e sim um porta-voz da política de conciliação de classe. Trata-se de um ideólogo com antigas ramificações no aparato da Igreja (inimiga da revolução e do marxismo) e com setores da burguesia nacional. Não só isso, trata-se de um conhecido político profissional do Estado burguês, que deixou claro em sua trajetória representar interesses totalmente estranhos aos das massas, embora tenha feito muita demagogia com a reforma agrária. A sua escolha esmagadora é o resultado da formulação política imposta pela estratégia democrático-burguesa (proveniente da democracia pequeno burguesa) da Articulação, que acabou por anular as correntes opositoras, uma vez que nenhuma delas foi conseqüente, em sua trajetória, na defesa dos objetivos históricos do proletariado (revolução e ditadura proletária e construção do Partido Operário Revolucionário).

16. A candidatura pequeno burguesa não ajuda o proletariado a dar um passo sequer na distinção de classe e na luta contra os partidos da burguesia. Pelo contrário, serve para obscurecer, com o democrático-populismo, o antagonismo classista. Com a experiência de Erundina (e outros), ficou claro que a classe dominante pode assimilar as "gestões populares" petistas, uma vez que elas não põem em risco a integridade da máquina estatal. Em virtude da enorme crise e desagregação dos partidos burgueses, o reformismo pequeno-burguês passou a ser uma variante da situação plenamente adaptada aos objetivos da burguesia de amenizar o confronto das classes antagonicas e evitar que o proletariado assuma a direção da maioria explorada. O combate pela separação da classe operária e das massas da política burguesa ou pró-burguesa (reformismo social-democrata) vai assumindo novas características com a direitização do PT.

17. A política revolucionária tem sido a de combater o reformismo dentro e fora do PT. Isso foi uma imposição transitória para defender a construção do programa e do partido operário revolucionário (trotsquista). A proposta de formação de um Partido dos Trabalhadores obrigou os revolucionários a lutar por uma política de independência de classe no processo de sua construção e intervir na experiência que a vanguarda e as massas iriam realizar partidariamente. Finalmente, o PT se armou da estratégia do socialismo democrático, da tática da frente popular, do objetivo do governo democrático e

***Fora o imperialismo do Golfo Pérsico!***

***Abaixo o boicote!***

popular e demonstrou, através de suas administrações estaduais e municipais a sua vocação de gerenciador do capitalismo em crise. Embora as massas não tenham ainda vivido uma grande virada objetiva do PT na defesa dos interesses capitalistas, como tem ficado claro nas manifestações particulares de suas administrações, está colocada para a vanguarda marxista a ruptura aberta com o mesmo para enfrentar a conclusão desse processo político. Ao contrário das correntes que se submetem cada vez mais ao eleitoralismo e tornam inócuas as declarações antireformistas, é necessário abrir uma nova etapa de defesa e construção do partido revolucionário em oposição franca ao PT, mesmo que isto custe por algum tempo isolamento da T.POR de uma parcela da vanguarda petista ainda não corrompida.

18. É típico de um partido pequeno-burguês reformista operar zig-zags, mas no essencial tenderá a se chocar com a camada mais resoluta do proletariado. Onde o PT vem exercendo o poder do Estado, esse fenômeno tem ocorrido significativamente, provocando inclusive um desgarramento do partido de uma camada de militantes classistas. A luta pelo partido revolucionário, sem nenhuma ambiguidade na relação com o PT, facilitará a evolução futura de um contingente da vanguarda organizada e, também, desorganizada, que não vêem no PT uma possibilidade de política independente. A adaptação dos pseudo-trotsquistas, por sua vez, os colocará cada vez mais em situação de dissolução político-organizativo no pântano do democratismo. A obrigatoriedade de se enquadrar como tendências disciplinadas ineriormente os arrastará ainda mais a reboque dos zig-zags do socialismo pequeno-burguês e do frente-populismo. A T.POR se encontrará numa situação politicamente cristalina para intervir no processo de crise interna do PT, levando a luta programática pela construção histórica do partido trotsquista em total contraposição ao policlassismo.

19. Dentre as correntes de esquerda do PT, a T.POR é a única que levanta, sem nenhum rodeio, a necessidade histórica de construção do partido operário revolucionário, que se dará em torno da tarefa de criar as condições para o proletariado se despontar como força revolucionária capaz de conduzir a maioria nacional a protagonizar a revolução social e nacional, isto é, a revolução e ditadura proletárias. Desde o interior do PT, defendemos a necessidade de se superar o programa estalinista de subordinação do proletariado à burguesia nacional e de rechaçar, sem atenuantes, o nacionalismo burguês. As forças majoritárias do PT fizeram justamente o oposto, ressuscitaram com nova roupagem estas posições. E não há nenhuma possibilidade, como pretendem as demais correntes, de modificação dessa linha antirevolucionária. Trata-se, portanto, de repudiá-la diretamente como antiproletária, desfazendo a ambiguidade que procura diferenciar a direção (Articulação) do partido. O PT é a Articulação, é o reformismo; um extraordinário entrave para o proletariado superar a crise de direção e aproveitar as condições objetivas favoráveis para amadurecer a etapa pré-revolucionária pela qual atravessa o país.

20. A T.POR considera esgotadas as possibilidades de defender, desde o interior do PT, a política do proletariado, portanto da organização do partido operário revolucionário. Não acata a candidatura pró-burguesa de Plínio de Arruda Sampaio e outras similares, não acata as resoluções políticas de nenhum dos Encontros do PT, não se submete ao regimento de regulamentação das Tendências e se coloca pela derrota política da estratégia e do partido reformista em favor da organização revolucionária do proletariado. Frente à total degenerescência e da cristalização da linha pró-capitalista, a T.POR rompe formalmente com o PT e chama os militantes classistas a se colocarem pela construção do programa e do Partido Operário Revolucionário.

## **Resolução sobre as eleições para governador e parlamento**

1. A T.POR se coloca pela defesa, junto às massas, do voto nulo tanto para o governo do Estado, quanto para o legislativo. Fará a campanha pela anulação do voto contra os partidos burgueses e o reformismo pró-burguês do PT;

2. Depois da eleição de Erundina, que se constituiu num fato político de extrema importância, e da constituição da Frente Popular em torno das presidenciais, que materializou a linha de colaboração de classe, delineada no V Encontro de 1987, ficou evidente que o PT não serve ao proletariado para dar um mínimo passo de independência política em relação ao Estado e às forças burguesas.

3. A experiência eleitoral do PT tem demonstrado que expressa a estratégia de manutenção das instituições burguesas (máquina de opressão de classe) e das relações capitalistas de produção. O reflexo dessa política na vida das massas tem se traduzido no bloqueio da sua ação direta, isto é, sobre seu mais eficaz instrumento de confrontação com os exploradores e de enfrentamento da crise capitalista, que vem, passo a passo, colocando o país em situação de barbárie.

4. Os limites que o reformismo, assentado numa poderosa burocracia sindical, vem armando em torno do proletariado e das massas, para

que estes não avancem na polarização da luta de classes, colocada pela situação de crise do regime político, se constitui no principal fator da etapa política aberta pela desagregação do governo Sarney. Há uma contradição claramente estabelecida pela evolução dos acontecimentos. O proletariado está obrigado a se lançar em combate aberto contra a burguesia e o Estado, transformando os movimentos econômicos em luta política, enquanto que o PT se levanta como canal de submissão à democracia burguesa.

5. Os sindicatos, e a própria CUT, vêm sendo transformados em agências eleitorais e trampolim para o carreirismo parlamentar. É desta forma que a política reformista vem se implantando junto ao proletariado. Tal orientação tem anulado as conquistas de independência sindical obtidas a duras penas desde as greves memoráveis do ABCD. O oportunismo eleitoral desvirtua a função dos sindicatos como órgãos de defesa do proletariado contra a exploração capitalista e de auxiliares para a concretização dos objetivos históricos de derrubada do regime burguês. As consequências de tal ação tem sido o isolamento das lutas e a quebra sistemática de greves, bem como a ne-

## **Que as massas árabes resolvam seus problemas!**

gação da tarefa de estruturar o movimento nacional dos oprimidos, sob a direção do proletariado.

6. O governo Collor colocou o país e as massas numa situação terrível, cedendo completamente às pressões do imperialismo. A sua política antinacional e antipopular aprofunda o grau de dependência da semi-colônia ao processo da crise mundial capitalista, que se traduz em quebra de forças produtivas, retrocesso econômico, desemprego e mais atraso. Entretanto, os reformistas do PT são incapazes de travar uma luta de massa minimamente consequente à política imperialista. Limitam-se à chamada oposição democrática, que não foge ao esquema dos partidos burgueses democratizantes. Esta é a forma de rejeitar a linha de oposição revolucionária, isto é, de defesa de um programa proletário e de ação de massa. O resultado de tal mesquinha é a autoanulação do reformismo frente ao imperialismo, que não encontra a resistência revolucionária antiimperialista, que só pode ser encarnada pelas massas revoltadas contra a exploração burguesa e seu governo (Collor).

7. A formação do chamado governo paralelo é a comprovação mais cabal da evolução do PT e da frente popular para o campo da política antioperária. Seu objetivo é o de cristalizar a oposição democrático-parlamentar a Collor e criar as bases para um futuro governo de coalisão com os partidos burgueses, que vão do PDT ao PSDB. O PT tem claro que a composição da FBP, obtida em torno de Lula, não é suficiente para poder governar numa forma de Co-governo com setores do capital nacional. O empenho para pôr em pé uma coligação parlamentar sob a base do governo paralelo tem a função de superar a estreiteza da FBP. A direção petista aguarda o rotundo fracasso do Plano Collor, sem que as massas rompam o cordão da legalidade burguesa. Para isso, se prepara como alternativa de esquerda democrática para ocupar um lugar decisivo no quadro de crise do governo Collor, tendo em vista que é a única força capacitada a brechar uma irrupção revolucionária do proletariado, que leve as massas a se chocar abertamente contra o regime político e o imperialismo.

8. A Articulação sempre rebateu as críticas marxistas, e até mesmo às pseudo-marxistas, com o argumento de que a revolução não está posta pela situação e que se tratava de construir uma política viável. Isto é, o PT deveria comparecer como uma alternativa de poder no âmbito do capitalismo. Desta forma, não apenas se negou e se nega construir uma posição político-programática para a revolução, que não tem nada de imediatista, embora o capitalismo se contorça em aguda crise nacional e mundial, como se construiu, de fato, uma via alternativa para evitar o desmoronamento do regime burguês, pronta para trabalhar pela sua continuidade, em contraposição às tarefas revolucionárias colocadas pela situação. O PT não é mais apenas um embrião do oportunismo reformista, já se constituiu num corpo programático e prático no seio da sociedade burguesa e do seu Estado, inclusive com fortes ligações materiais e políticas com a reação social-democrata internacional (européia).

9. As possibilidades de luta interna no interior do PT pela construção do partido revolucionário em contraposição ao reformismo antimarxista se esgotaram. A única razão que moveu a T.POR a chamar o voto no PT nas presidenciais foi o fato de poder denunciar a política

eleitoralista, o social-reformismo, o frentismo popular e trabalhar abertamente por um programa e estratégia da revolução e ditadura proletárias. Esta intervenção serviu para esgotar a luta programática e comprovar definitivamente a evolução do PT para o campo da anti-revolução, que historicamente se transformará em contra-revolução. Essa conduta da T.POR foi necessária também para denunciar claramente o caráter democrático-eleitoreiro das correntes mais esquerdistas, que impropriamente se denominam trotsquistas. Neste momento, sob a pressão repressiva da Articulação e CIA, todas essas correntes capitularam frente ao regime interno, que exige retração de posições políticas anteriores.

10. A defesa, nas Convenções de Maio, das chamadas candidaturas de esquerda, como por exemplo a que ocorreu em São Paulo, diante da candidatura Plínio de Arruda Sampaio, não passou de manobra para os esquerdistas poderem fazer proselitismo interno e justificarem o porquê de se manterem no PT e chamar o voto no reformismo. No fundo, todas as correntes opositoras à Articulação foram incapazes de denunciar o eleitoralismo, o carrieirismo, a politizagem e defender a política proletária de construção do partido revolucionário, contraposto ao partido de massa eleitoral. Por fim, a supressão de algumas candidaturas das esquerdas funcionam como um reforço para uma maior capitulação organizativa das correntes e para evidenciar que o processo de burocratização do PT chegou ao ponto extremo.

11. A candidatura de Plínio de Arruda Sampaio, em São Paulo, tem um significado nacional para o PT, porque representa o triunfo da ala mais direitista da Articulação que resulta da política geral do partido. Por outro lado, ela expressa o fracasso da ala mais à esquerda que patrocinou a eleição de Erundina em contraposição ao mesmo Plínio. A esquerda erundinista caiu num marasmo diante da gestão capitalista, e impotente da prefeita de esquerda. As massas puderam comprovar a demagogia da chamada gestão popular do capitalismo, cujo resultado não se difere em muito das demais administrações burguesas. Para um partido eleitoreiro, é um desastre a impotência administrativa popular, que como tal deveria fazer da máquina do estado um espelho para angariar mais votos. Plínio emergiu para governar com o claro objetivo de articular suas antigas relações cristãs e social-democratas, construídas em longos anos de política profissional do estado burguês (foi inclusive secretário de Carvalho Pinto).

12. Diante do esgotamento de todo esse processo e da perspectiva clara do PT se integrar completamente ao Estado burguês através da frente popular, a T.POR considera um erro de grande magnitude, que pode comprometer definitivamente a linha revolucionária, chamar o voto no PT. Como a T.POR ainda não está em condições de ter seus candidatos próprios, que em tais circunstâncias poderiam concorrer com objetivos revolucionários (não eleitoreiros), se coloca o voto nulo. A ruptura da T.POR com o PT e sua campanha pelo voto nulo contra a burguesia e o reformismo são necessários para se iniciar uma nova fase de desenvolvimento do embrião do partido operário revolucionário e de luta pela ruptura das massas com o reformismo social-democrata.

## **Escreva para o Jornal MASSAS**

**um jornal de luta  
pelo governo operário e camponês  
e pelo socialismo**

**Caixa Postal nº 01171  
CEP 01057 — São Paulo — SP**



## Convergência Socialista capitula

# As esquerdas e o PT

A resolução que regulamenta a vida das Tendências de esquerda do PT foi um verdadeiro ultimatum da Articulação e seus aliados (DS, VS, FS e E) e um importante teste para as correntes. As principais exigências são: 1º) Reconhecer e se submeter à estratégia democrática e popular (Resoluções e Programa) 2º) Realizar atividades estritamente internas e que as divergências não passem de aspectos secundários (não estratégicos) 3º) Reconhecer o PT como partido socialista estratégico, isto é, não se contrapor defendendo o Partido Operário Revolucionário 4º) Nas relações internacionais, a corrente está submetida em última instância à política do PT 5º) Submeter todas suas posições à apreciação da direção. Para se evitar um ato de formalidade, a direção nacional impôs que as correntes que apresentaram no passado posições antagônicas ao conteúdo da regulamentação fizessem uma conferência aberta à participação da DN e a revissem autocriticamente.

O exemplo mais vergonhoso de acatamento a essa imposição foi o da Convergência Socialista. No dia 11 de julho, a Conferência da CS aprovou a "resolução que critica como sectária a proposta de construção da CS como fração pública do PT, aceitando se enquadrar no regulamento das Tendências petistas e definindo o PT como o partido estratégico da revolução brasileira" (Em Tempo nº 246)

Para fiscalizar a Conferência, participaram Cesar Alvarez e Joaquim Soriano, este último da DS. Há algum tempo, a CS vinha sendo intimada pela Comissão Executiva Nacional, formada por Perseu Abramo, Cesar Alvarez e João Machado (DS) a se posicionar frente à seguinte caracterização: "encaminhamento externo ao partido de posições e ações políticas próprias, distintas das definidas pelo partido; atuação de parlamentares divergentes do partido; distribuição do jornal externamente ao partido; manutenção de sedes públicas próprias e outras formas de atuação públicas; tudo isso configurando uma corrente com atuação própria, no movimento de massas, concorrente com o partido."

De cerca de 81 delegados, 14 se opuseram (e 7 se abstiveram) à capitulação e propuseram constituir uma fração pública do PT. A minoria opositora, que por sinal não incluía nenhum membro da direção da CS, caracterizava a Articulação como um verdadeiro freio das lutas, identificando-a com o PT, o que é correto. Mesmo a participação dos fiscais do DN na Conferência não foi sem resistência, 25 votos contra.

Um dos pontos centrais da resolução da maioria é este: "O PT estendeu a sua influência de massas a partir das últimas eleições presidenciais, configurando-se hoje claramente como o maior partido operário do país." Por essa caracterização se vê que a CS não tem muito a perder aparando as arestas com a Articulação/DS, pois não tem mesmo uma crítica à estratégia bur-

guesa do programa democrático e popular e ao frentepopulismo, que deu vida à Frente Brasil Popular. A CS é uma corrente tipicamente centrista que se desenvolve com um pé no movimento sindical e outro no eleitoralismo, o que não a diferencia em essência do reformismo petista. Não sem razão a CS não se coloca pela estratégia da revolução e ditadura proletárias.

### Qual é o destino da Causa Operária?

Outra corrente que chegou a se curvar perante a regulamentação foi a CO. Há pouco tempo essa corrente havia criticado a CS de oportunismo por se acomodar às pressões da Articulação, modificando os dizeres do seu jornal e escondendo suas sedes próprias. Agora fez mais do que isso. Pede o registro de tendência como dita o regimento e eliminou de seu jornal a bandeira de construção do Partido Operário Revolucionário. Chegou ao ponto de redigir uma resposta a Apolônio de Carvalho para provar que nunca caracterizou o PT de "partido institucional", omitindo ao mesmo tempo a sua conhecida caracterização de partido pequeno-burguês democratizante. Mesmo assim, o Diretório Nacional não aceitou o pedido de reconhecimento da Tendência, baseando-se em documentos da Conferência de CO de 1.987. Em contrapartida, deu um prazo de três meses para que realizasse uma conferência e fizesse as devidas revisões. Manteria a Causa Operária a caracterização do PT como democratizante pequeno-burguês? Abrirá mão da crítica à Frente Popular? Deixará de levantar a tarefa de construção do partido revolucionário em favor do PT socialista estratégico? É possível que sim, pois o CO vem já há algum tempo revendo posições antigas, como por exemplo conceber um

governo dos trabalhadores do PT pela via eleitoral, em detrimento da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Também descobriu que pode crescer na sombra do eleitoralismo e do reformismo do PT, fazendo oposição às meias, no mesmo estilo da CS. Mas nos chama a atenção o silêncio da CO quanto à realização ou não da conferência para retificar sua linha. Provavelmente sua direção deve estar pensando: "O que fará a CO fora do PT?"

**A T.POR Conclama  
Que a CS e CO rompam com o PT  
E se posicionem pelo voto nulo nas eleições  
E levantem a bandeira do Partido  
Operário Revolucionário**

Está mais do que evidente a burocratização do PT e seu papel de desvio eleitoral das tendências de luta das massas. O reformismo tem anulado ou reduzido a ação da CUT e dos sindicatos num dos momentos mais importantes para desenvolver a luta de classes e a organização independente do proletariado. Isso reflete a ausência da direção revolucionária e o papel central ocupado pelo reformismo para reduzir o impacto do choque entre as classes. Frente à impossibilidade de lutar como tendência dentro do PT, com liberdade de crítica e de ação independente, a permanência significa se submeter à disciplina do reformismo e a negação do objetivo de estruturar o partido da revolução proletária. Para que isso não aconteça a T.POR se negou aceitar a camisa de força da regulamentação e chama a CS e a CO a romper com o PT e devender o voto nulo.

## DS: o braço direito da Articulação

A DS tem sido a mais obstinada defensora da regulamentação repressivo-burocrática das tendências. A razão disso está em que se posicionou pela estratégia do governo democrático popular, o qual irá depois de eleito provocar uma ruptura no poder do Estado e abrir caminho para a revolução. O simples fato do PT ter ganho terreno nas disputas eleitorais, já lhe é o suficiente para atribuir-lhe um caráter de massas e a vocação de partido revolucionário. Em sua trajetória a DS mudou da posição favorável a construir o partido revolucionário para a caracterização de que o PT já é esse partido.

Assim, desde o V Encontro, veio batalhando para que a Direção Nacional fixasse as normas de funcionamento das tendências, cuja essência é o reconhecimento do PT como partido socialista. O que certamente é falso, pois o seu programa é abertamente reformista e social democrata. Nem de longe se propõe expropriar pela via revolucionária a propriedade dos meios de produção, destruir o Estado capitalista e implantar um governo revolucionário do proletariado, apoiado na maioria nacional oprimida.

Porém movida pela idéia de que o PT é o partido socialista revolucionário, a DS se aliou à Articulação e seus satélites (VS, Nova Esquerda) para exigir que todas as correntes rezassem pela cartilha socialreformista, se autoenganando de socialista. Como prêmio a DS passou a ser um dos juizes da conduta das demais tendências, figurando na comissão regulamentadora ao lado da Articulação. João Machado, reconhecido dirigente da DS, tornou-se um verdadeiro chefe (cão de guarda) munido de poderes para propor a expulsão das correntes rebeldes. É dessa forma que essa gente (mandelista) escala o poder da burocracia partidária, e emporcalha Trotski, reivindicando-se trotskista.

# As eleições estaduais e parlamentares

É visível a apatia das massas perante as eleições e os partidos. Apenas as campanhas milionárias estão criando artificialmente o clima eleitoral, e isso em torno de nomes de velhos políticos burgueses. Em praticamente todos os Estados, ressurgem os antigos direitistas, como Maluf, Antonio Carlos Magalhães, Hélio Garcia, etc. Depois do ciclo peemedebista, destruído pela incapacidade de resolver os problemas dos país, renascem das cinzas as figuras mais direitistas, que arrastam as massas para as urnas. Esse é um fenômeno próprio da política burguesa e da profunda desorganização do proletariado em um poderoso partido revolucionário, que, por essa razão, é mais permeável às extraordinárias pressões da propaganda.

O PT, que deveria separar o proletariado e a maioria oprimida da política burguesa, trilhou o caminho mais conveniente do oportunismo eleitoral, passando a fazer parte desse fenômeno. Os postos ganhos em eleições passadas como Fortaleza, Espírito Santo, São Paulo, Campinas, Diadema, etc, serviram justamente para repetir a frustrante experiência dos democratizantes, im-

ponentes frente à monumental crise social. Em nenhum momento, o PT participou da luta eleitoral para demonstrar aos trabalhadores que não há nenhuma solução dos grandes problemas nacionais no âmbito do capitalismo. Pelo contrário, sempre alimentou as ilusões de que um governo seu, eleito pelo sufrágio universal, permitiria realizar transformações a favor das massas, sem que elas necessitassem se rebelar contra o Estado e os capitalistas.

Para o PT, democracia formal, isto é, o jogo de representação parlamentar que encobre o poder da classe burguesa sobre o Estado é a chave para retirar o país do atraso, desenvolver a economia e aliviar o sofrimento dos assalariados. Essa orientação está impregnada da mais genuína política burguesa, marcada pelo palavreado do socialismo pequeno-burguês.

O fato das massas ora se perfilarem por detrás dos partidos burgueses democratizantes, ora dos direitistas nas eleições não é de estranhar, pois enquanto estiverem sob o controle do Estado burguês isso acontecerá. O problema central está na inexistência do partido revolucionário que

intervenha no processo não para galgar o poder do Estado capitalista, mas para ajudar as massas a se emanciparem da influência burguesa, a desprenderem-se dos tentáculos das instituições democráticas e a confiarem nas suas próprias forças como motor de liquidação do capitalismo. Portanto, um partido que se propõe a dirigir as lutas. Essa é a principal lição que devemos tirar do renascimento dos direitistas, que não vêm do âmago dos explorados, mas sim de sua relação de dependência ideológica e política do Estado burguês. A construção do partido da revolução proletária se dará precisamente se contrapondo às manobras eleitoristas, ao engodo democrático burguês e apresentando o caminho da luta direta. A estruturação desse partido permitirá a fração mais consciente do proletariado intervir na arena eleitoral para utilizá-la como tribuna e lutar para arrancar a maioria oprimida da ação da burguesia e dos reformistas. Essa é a tarefa para combater genuinamente os Malufs, Covas, etc. O PT se nega a isso!

## O que propõe Plínio de Arruda Sampaio

O candidato Plínio de Arruda Sampaio não esconde sua orientação social-democrata. Demonstra o objetivo claro de reformas capitalistas. Contrapõe-se à luta pela ruptura revolucionária (luta de classe) e persegue a superação das grandes contradições da sociedade de classe pela "via democrática" ("não abdicar do meu ideal maior que é o da superação, pela via democrática" — Isto É) Perguntado como lidaria e com quais empresários conversaria, se eleito, explica "com todos aqueles, primeiro, que não usufruam de posição monopolista. Com todos os empresários que realmente tenham perspectivas de investimentos e de modernização. Esses empresários

não entendem que a nossa política os ajuda. Não vamos fazer um pacto com eles, mas vamos fazer uma política para defender o emprego, o trabalho e a dignidade do trabalhador. Nós, assalariados, vamos fazer uma política que interessa diretamente aos assalariados. E os empresários vão perceber que com essa política poderão vender, ter um empregado qualificado e uma força de trabalho competente".

Esta resposta sintetiza os fundamentos político-programáticos de sua candidatura, aliás do próprio PT. O suposto governo dos assalariados (Plínio diz "nós, assalariados") fará uma política em benefício dos explorados (assalariados) que também re-

verterá em benefício dos capitalistas. Fala-se muito em modernizar, mas quase sempre se lança mão de velhas cantilenas, como a de que os operários bem tratados, alimentados e robustos, poderão produzir muito mais para o bem dos empresários. Porém, de onde sairá tal milagre? Para o social-reformista, da redução da taxa de lucro dos capitalistas, como se as relações de produção baseadas na concentração de capital permitissem essa façanha a favor dos assalariados, que deixam a cada dia nas fábricas uma parte de suas vidas.

Poderia se dizer que Plínio, na sua declaração refere-se à contradição entre o grande capital monopolista e o pequeno e médio capital nacional, estes últimos interessados em desenvolver a economia interna. Ora, isso nada muda, pois qualquer política a favor do desenvolvimento capitalista pressupõe fortalecer a burguesia em detrimento das massas exploradas. Não há progresso burguês sem o incremento da exploração do trabalho e empobrecimento das massas. A idéia de que se trata de "modernizar" as relações de trabalho para os operários terem mais emprego (dignidade) e os empresários terem bons produtos e venderem bem não passa de uma forma de acobertar a defesa da perpetuação da escravidão assalariada.

E para isso que as massas estão sendo chamadas a votar no candidato do PT? De fato é. A T.POR rejeita esse socialismo burguês, chama o proletariado a lutar pela destruição do sistema assalariado, expropriar os grandes ramos de produção, os bancos, o grande comércio e os latifúndios, chama a travar a luta antiimperialista e, para isso construir o partido da revolução proletária. NÃO À MENTIRA DA SOCIAL DEMOCRACIA!  
VIVA A EMANCIPAÇÃO PROLETÁRIA!

## Bittar admite enfrentar a CUT

O candidato Jorge Bittar, indagado pelo jornalista do Jornal "O Globo" se admitiria entrar em confronto com a CUT, respondeu: "Admito. O meu governo terá total independência em relação às entidades sindicais, como tem havido nas prefeituras do PT". Logo em seguida, respondendo sobre sua conduta perante as greves em setores considerados essenciais, afirma: "Como um democrata deve agir. Em primeira lugar, reconhecer o direito de greve e, sem segundo lugar, negociar da forma mais transparente possível, colocando as contas do governo de forma bastante aberta, para que possamos encontrar um ponto de equilíbrio entre as demandas dos trabalhadores e a realidade do governo". Em relação à repressão policial desfechada pelo prefeito de Diadema contra os ocupantes do Buraco do Gazuzza, explica: Eu agiria de forma mais democrática, procurando dialogar com os invasores, procurando saber se, efetivamente, todos tinham carência habitacional, procurando uma solução que preserve o direito à propriedade, mas que preserve também o direito à moradia".

Em poucas palavras, Bittar deixa claro que seu objetivo é o de compatibilizar o Estado, a propriedade privada e as reivindicações das massas. Isto é evidentemente impossível, principalmente num país mergulhado num mar de miséria e em franca decadência econômica. O futuro de tal governo (social-democrata) é se contrapor às massas, como fez José Augusto em Diadema e Erundina em São Paulo com a greve dos transportes. Não há como gerir qualquer esfera do Estado capitalista, ainda mais num Estado de tamanhas contradições como o Rio, sem golpear os assalariados e proteger o "direito de propriedade privada". Por isso, Bittar é candidato a se chocar com a CUT, isto é, com os operários em luta. E essa gente ainda se diz socialista sem a menor cerimônia.

## têxteis **Abre-se uma perspectiva classista**

Depois de longos anos de apatia, os operários têxteis saíram à luta, motivados por um arrocho jamais visto nos últimos tempos (um tecelão recebe de 11 a 18 mil cruzeiros, uma verdadeira miséria!). Na onda grevista que se espalhou pelo país desde as greves do ABC de 79/80, os têxteis aparecem como uma das últimas camadas do proletariado a se movimentar no seu conjunto. Em grande parte, isso se deve à burocracia sindical pelega, que por muito tempo imperou sem que houvesse um mínimo de oposição classista. A separação do sindicato das massas têxteis e a sua nula presença no interior das fábricas contribuiu decisivamente para que a superexploração patronal se processasse sem grandes resistências por parte dos operários.

Entretanto, o acúmulo da crise econômica e os sucessivos planos de confisco salarial não deixaram de sacudir nenhuma das frações do proletariado, por mais controle que a burocracia exerça sobre os sindicatos. Pois bem, as greves têxteis generalizadas rompem um primeiro elo da cadeia de submissão e colocam os operários como parte do desenvolvimento da luta de classes e estruturação do proletariado como classe independente, destinada a fazer a revolução no país.

É necessário assinalar que, embora a oposição sindical ainda seja embrionária, teve um papel de grande importância para estalar a luta grevista, uma vez que tem denunciado a burocracia, e exploração do trabalho e apresentado uma proposta de combate.

A primeira experiência grevista generalizada já deixou a marca perniciososa dos pelegos que evitaram unificar as greves

isoladas por fábricas e se negaram a levantar as principais reivindicações, como a reposição de todas as perdas e o piso real (salário mínimo real).

Para se manterem senhores da situação, impediram a palavra aos operários de base e à própria oposição (Têxteis da Cut). O sentimento dos operários era de tornar as múltiplas greves em greve geral da categoria. No mesmo momento em que a Alpargatas estava paralizada o mesmo acontecia com a Filleppo, Gasparian, Trambusti e Linhas Correntes. Frente à pressão dos operários, que concordaram com o chamado de unidade operária na luta, a burocracia foi obrigada a manobrar, concordando em palavras com a greve de todos os têxteis, mas quebrando-a na prática.

E um fato que chama muito a atenção foi o desprezo como a direção regional da CUT encarou a greve têxtil, quando se abria uma importante brecha para se combater a CGT e o sindicalismo de resultados, responsáveis pela sustentação da gang que controla o sindicato, a ponto de, com "bate paus", impedir a oposição de concorrer nas eleições passadas. Mas o essencial é que a luta grevista abriu caminho para o surgimento de novas lideranças fabris e permite um trabalho de politização por parte da oposição, que deve ter por objetivo se tornar uma verdadeira fração revolucionária implantada em cada fábrica e organizada no interior das comissões fabris a serem construídas. Está colocada a tarefa de fortalecer a oposição, tendo por base o desenvolvimento do trabalho fabril e a organização das lutas.

### A greve na Itaú

Por mais manobras usadas pelo pelego, este não conseguiu enterrar a greve no 1º dia. E só o fez no final do 2º dia, graças ao apoio obtido pelos elementos ditos "progressistas da antiga chapa 2", que se auto elegeram "comissão de empresa" para junto com a diretoria continuar o sindicalismo de resultado. As manobras foram sutis, acompanhe:

1) Por 2 vezes fizeram votar o arrebuxamento do índice a ser negociado. De 256,4 passou a 70 e por último 63%. Isso para ficar próximo ao limite oferecido pela empresa, 41,27%, que já havia sido recusado pelos fun-

cionários.

2) Foi favorável à proposta da empresa de, "ACABAR COM A GREVE PARA CONTINUAR NEGOCIANDO, DADO QUE O MOVIMENTO PODERIA SER JULGADO ILEGAL". Além disso, fez aprovar essa proposta no final do dia, quando a assembléia estava completamente esvaziada (150 pessoas) e na presença da direção da empresa.

3) Depois de 3 dias de desarmamento do movimento e de negociações com a empresa, apareceu com índices escalonados que na ausência representam 45% para a maioria e não

diferente do índice que já tinha sido rejeitado pelos funcionários no 1º dia grevista.

Diante dessa derrota, ficou a confirmação de que a oposição dirigida pela T. Por tinha razão, ao afirmar o conteúdo eleitoral e oportunista da chapa 2, que hoje diante dos movimentos de luta é obrigada a aliar-se com o peleguismo para continuar servindo ao patronato e quebrar as greves. Ficou também a lição da necessidade de construir uma verdadeira comissão de empresa, com conteúdo de combate e não de conciliação.

### Judiciários — SP: a evolução de uma posição classista começa por impor uma importante derrota à política eleitoral pequena burguesa da CS

O SINJESP, embora seja um sindicato novo, nascido no calor da luta da classe, tanto contra o arrocho salarial e as péssimas condições de trabalho como também em oposição às velhas associações pelegas, se depara neste momento com problemas de ordem política, comuns à grande maioria do movimento operário no país, a saber: a política pequeno burguesa democratizante de parte de sua direção, a CS (Convergência Socialista), que se constitui num poderoso freio à tendência de luta, conscientização e organização independente dos trabalhadores.

Penalizados pelos inúmeros pacotes dos governos anteriores, como também pelo "Plano Collor", os trabalhadores do Judiciário tiveram nos últimos anos seus salários e condições de vida tão rebaixados que hoje o total de perdas salariais da classe soma um índice de quase 400%.

Toda esta situação tem levado a categoria a um grau de descontentamento enorme, verificado tanto no número de greves no último período, quanto no grau de radicalização das mesmas que em média chegam a durar mais

de 30 dias. Não obstante isso, a Diretoria do Sindicato, principalmente o setor majoritário ligado a C.S., tem trabalhado abertamente para desviar o eixo dos movimentos para a política de pressão ao parlamento burguês e coisas do gênero. Assim foi que, na greve de maio que durou 50 dias, tal estratégia conseguiu desviar o eixo do movimento, ou seja, deslocando da ação direta, para a perspectiva de pressão à Assembléia Legislativa, evitando o confronto direto como governo, Quêrcia, alimentando nos trabalhadores a idéia da possibilidade de terem suas reivindicações atendidas no quadro das relações putrefatas da Assembléia Legislativa.

No atual período eleitoral, esta estratégia se aprofunda. A C.S., além de defender o engajamento do Sindicato na campanha do PT., busca de todas as formas montar comitês eleitorais de apoio a seus candidatos na maioria dos prédios e, para "dar um ar" de que não está se propondo a enterrar as lutas, propõe a organização de uma campanha em torno do plano de carreiras que, no atual momento, não mobiliza ninguém, como também a luta

contra a reposição dos dias parados, quando grande parte da categoria já não está repondo.

Neste quadro foi que, na última assembléia (25.08), um setor da diretoria e ativistas, que já há algum tempo vinham se chocando com as posições da C.S., conseguem impor uma significativa derrota aos mesmos. Apoiados corretamente na tendência de luta da categoria, esses companheiros conseguiram demonstrar como a política eleitoral pequeno burguesa da C.S. e do PT se coloca como um verdadeiro entrave para a evolução das lutas, levando a assembléia a aprovar por maioria um plano de lutas para o próximo período que se apóia nas seguintes posições:

- Nenhum apoio do Sindicato ao eleitoralismo desarticulador das lutas;
- Preparação da greve Geral da categoria, lutando para unificá-la com todo o funcionalismo;
- Reposição de todas as perdas salariais, etc.

# Operários da CSN enfrentam o Plano Collor

## A explosão operária na Ford

Depois da greve com ocupação de fábrica, no governo Sarney, que deixou a CSN marcada de sangue pelo assassinato de três grevistas pelas forças militares, os operários enfrentaram uma luta de 31 dias, contra a privatização, demissão e arrocho. A greve da CSN ganhou projeção estratégica, pois se armou como uma trincheira oposta à implantação da linha entreguista do governo Collor. E os operários estavam tão conscientes do seu papel que não mediram esforços para se mobilizar, desde a ocupação da fábrica até a manifestação pelas ruas de Volta Redonda. E o fundamental é que, em todo período de enfrentamento, se armou no país uma situação grevista que poderia quebrar o isolamento da CSN e projetá-la nacionalmente como direção da resistência anti-Collor. E isso era decisivo para concentrar forças diante de um governo decidido a vencer e não ceder um milímetro, pois Volta Redonda colocava em questão as principais diretrizes do plano econômico, isto é, a reivindicação de reajuste de 166% e a bandeira da não privatização se chocavam com o confisco com o entreguismo. Entretanto, a direção sindical considerava o isolamento da greve não do ponto de vista das massas, mas da admiração e do apoio do Congresso Nacional e dos partidos burgueses. Ao invés de exigir da CUT o desencadeamento de uma campanha nacional de luta, foi choramingar nos pés dos nacionalistas decadentes e dos democratizantes. Desta forma, se esperou apenas que o TST considerasse a greve "abusiva" para por um ponto final, dividindo a assembléia operária.

Vicentinho não teve como esconder o conjunto de manobras para impossibilitar um movimento grevista generalizado no ABCD. Primeiro, adiou todas as reivindicações salariais em troca dos patrões não demitirem. Depois, quando o arrocho tornou-se insustentável canalizou a revolta operária para greves parciais, a ponto de inventar a greve abelha (uns fazem greve enquanto outros fazem cera), que evoluiu inesperadamente para o quebra-quebra incontrolável. A burocracia de São Bernardo não pretende mais convocar os metalúrgicos para as assembléias monstros na Vida Euclides. Ao invés de evoluir, regrediu para o método do sindicalismo de resultados. A "República do ABCD" se transformou, em pouco tempo, num lugar de todo tipo de abuso e arbitrariedade das grandes montadoras, graças à política do sindicalismo de negociação. Entretanto, a explosão grevista da Ford e há pouco tempo atrás o arrastão de Piraporinha indicam a verdadeira força dessa camada do proletariado, que está sendo minada pela direção reformista burocrática que impede o massivo levante do ABCD. Se a CSN se constitui numa alavanca contra Collor, o ABCD se constitui na outra trincheira, que poderia atingir duramente as bases dos adversários capitalistas. E isso só não foi possível porque a direção de São Bernardo está empenhada em se submeter ao jogo democrático e a impedir o aprofundamento da luta de classes. A estruturação da força proletária do ABCD depende da construção de uma fração revolucionária implantada nas fábricas e a superação da política burocrática reformista.

## INTERNACIONAL

### III Congresso da LIT-QI

## Qual é o conteúdo do socialismo democrático?

Em maio realizou-se o Terceiro Congresso da Liga Internacional dos Trabalhadores — Quarta Internacional (LIT-QI), organização a que pertence a Convergência Socialista. Em sua revista *Correio Internacional* se publicam as principais conclusões, cujo tema predominante gira em torno dos acontecimentos do Leste Europeu. A sua leitura nos permite identificar o problema do chamado socialismo com democracia, ou socialismo democrático, que tem as mais variadas versões desde as Teses da Articulação (PT), passando pelos supostos trotsquistas (DS), até o próprio PCB. Cada uma dessas correntes procura prestar um conteúdo à bandeira do socialismo democrático para se posicionar frente à desagregação da burocracia estalinista. Por exemplo, a CS afirmá rejeitar a Perestroika e se contrapõe a ela com o socialismo com democracia e o PCB as defende com o socialismo democrático. Ora, o que torna tão maleável tal conceito?

Para a LIT-QI "a revolução matou o stalinismo". Considera que "a revolução política triunfou na Polônia, derrubou o muro de Berlim e liquidou as ditaduras de partido único na Alemanha, Tchecoslováquia, Hungria, Bulgária, Romênia e, por fim na Rússia". Em toda parte houve uma "revolução democrática" e ela é a revolução política, que abriu a fase de construção do "socialismo com democracia". Por esse raciocínio, a LIT considera que não há risco de retrocesso capitalista. Pelo contrário, "a frente contra-revolucionária mundial", constituída da aliança do imperialismo com a burocracia estalinista, "sofreu uma derrota histórica".

E, por incrível que pareça, se reconhece a necessidade de "resolver a crise histórica de direção revolucionária do proletariado" e

construir "partidos operários revolucionários em cada país". Trata-se, evidentemente, de uma mera formalidade, pois o choque das massas com o estalinismo decadente não deu lugar à reconstrução do governo proletário, que assumirá o conteúdo da ditadura proletária, e isso se deve precisamente à ausência do partido operário revolucionário, munido do programa da revolução política e do internacionalismo marxistas. Isso explica porque as correntes pró-capitalistas (sociais democratas, sociais cristãs) têm tido êxito em desviar os rumos do restabelecimento da democracia soviética (conselhos), que só pode se implantar como meio de reestruturação do Estado Operário e da ditadura da maioria contra as forças pró-burguesas e o imperialismo. O conteúdo do caráter de classe da democracia permanece mesmo na Rússia.

As correntes democrático-burguesas, principalmente as de cunho social-democrático, colocam o problema do restabelecimento da democracia no Leste Europeu como meio de bombardear as bases da economia estatizada e retroagí-la para a forma de economia de mercado (capitalista). O próprio estalinismo procura se adaptar à nova situação, assumindo esse programa. E os resultados práticos têm demonstrado o poder da força pró-capitalista restauradora, como no caso citado da Polônia, Hungria, e da própria Alemanha Oriental engolida pela Alemanha imperialista. Tais fatos demonstram que o embate revolucionário das massas contra a ditadura estalinista, por si só, não resolve o problema da independência do proletariado, necessária para se reconduzir ao poder, retomar o controle da economia coletiva e colocar o Estado a serviço do desenvolvimento das forças produtivas socialistas, que para tal pressupõe o

avanço da revolução mundial.

Como vemos, na verdade, a fraude da LIT-QI acoberta a tarefa essencial do proletariado de transformar a luta contra a desigualdade social e o pressão política (como previu Trotsky no Programa de Transição) em ponto de partida para derrubada do totalitarismo estalinista e reestruturação da ditadura do proletariado, sob bases da democracia soviética. Na verdade, a revolução política está ainda em sua fase embrionária e se processa de forma contraditória, uma vez que o proletariado carece de seu partido (condição fundamental para a revolução política) para dar-lhe expressão revolucionária (socialista) e as tendências pró-burguesas, que englobam a própria burocracia estalinista, preparam o caminho da contra-revolução.

Pois bem, o grande problema colocado pelas revoltas do Leste Europeu se resume na necessidade do proletariado derrotar a contra-revolução restauradora, isto é, a frente reacionária da Perestroika com o imperialismo (na Polônia, a Igreja é sua ponta de lança), armando-se da estratégia da revolução política, que mesmo na Rússia não pode renunciar a retomada da hegemonia do proletariado no poder do Estado (ditadura proletária e democracia soviética). A LIT-QI se nega colocar deste ponto de vista marxista e, por isso, comparece como uma variante de esquerda social-democrata. Para o agrado da pequena burguesia, que é pródiga em identificar a ditadura burocrática com a ditadura de classe do proletariado, o socialismo democrático da CS cai bem e nesse campo poderá ter algum progresso. Neste ponto, as várias versões do socialismo democrático não se diferem muito.

# Fora o imperialismo do Golfo Pérsico!

## Abaixo o boicote!

A anexação do Kuwait pelo Iraque desencadeou uma descomunal mobilização internacional encabeçada pelo Imperialismo ianque contra o governo de Sadam Husseim. Com o pretexto de "proteger" a Arábia Saudita e devolver a soberania do Kuwait à feudal família real daquele enclave, os Estados Unidos montaram um dispositivo bélico capaz de esmagar as forças militares iraquianas em poucas semanas e arrastaram nessa operação não só a ONU (que se comportou como o que de fato é: uma vulgar agência do Imperialismo), mas a todas as potências capitalistas, as semicolônias como Brasil e Argentina e a URSS e a China. O isolamento do Iraque é quase total, restando-lhe apenas o dúbio apoio jordaniense, espremido entre o Iraque e Israel. A máquina de guerra americana está pronta para entrar em ação e não se descarta a utilização até de armas nucleares por parte dos EUA ou Israel, a não ser que Husseim venha a ceder.

O que leva à conformação desse cenário catastrófico, a uma reação tão descomunal a ponto de envolver a quase totalidade dos países do globo contra o Estado do Iraque, aliado dos EUA até ontem? A resposta só pode ser uma: a crise mundial capitalista que carrega a pólvora das tremendas convulsões e choques entre os capitais, e choques entre o capital e as massas.

É evidente que o que levou Husseim a anexar o Kuwait foi a pressão insustentável do Imperialismo sobre sua arruinada economia, produto dos 8 anos de guerra contra o Irã, durante os quais se endividou pesadamente com os EUA e o próprio Kuwait. O garroteamento de sua economia e a impossibilidade de desenvolvimento no quadro do controle dos preços do petróleo pelo Imperialismo, principal produto de exportação do Iraque, forçaram Saddam Husseim à aventura anexionista.

O que se manifesta neste episódio não é outra coisa senão a contradição existente entre uma semicolônia e a metrópole. Esta contradição explica a reação de simpatia e apoio das massas árabes e palestinas à retórica antiimperialista do Iraque, apoio que, entretanto, é bloqueado na sua ação pela natureza pró-capitalista do regime de Husseim. O mo-

vimento genuinamente antiimperialista exige que a direção do mesmo esteja nas mãos do proletariado, único agente capaz de desenvolver as forças produtivas nacionais e se apoiar no movimento operário internacional contra o imperialismo. O nacionalismo burguês pan-árabe, pelo contrário, já demonstrou a sua caducidade histórica na experiência do líder egípcio Gamal A. Nasser, movimento que concluiu no mais humilhante submetimento aos EUA e de instrumento do militarismo sionista.

Contudo, por limitada e deformada que seja a reação nacional, ela se choca com a autoridade do imperialismo, particularmente porque afeta o preço do petróleo, trazendo a ameaça de aprofundamento da crise mundial. O efeito diferenciado que terá a elevação dos preços do petróleo sobre as economias capitalistas (o Japão por exemplo depende muito mais que os EUA da importação) intensificará os atritos hoje existentes, sem falar dos países atrasados como o Brasil, que não possuem os mecanismos e a capacidade dos grandes para amenizar a crise. É o que está por detrás do acordo das grandes potências contra o Iraque.

Entretanto, onde a crise mundial capitalista se expressa com maior clareza e intensidade é na utilização do conflito pelos ianques como o pretexto para agir enquanto gendarmes da ordem mundial capitalista. Os EUA, cujo poderio econômico vem sendo socavado pela crise mundial e a ascensão do Japão e Alemanha, encontrou na crise provocada pela anexação do Kuwait o motivo para se colocar à frente de todos os países e obrigá-los a se enfileirar por trás dele. Mediante esta operação, os norte-americanos conseguiram pisar as botas (e os canhões) na Arábia Saudita, onde se encontra a maior quantidade de poços petrolíferos do Oriente e se prestam a impor às nações árabes uma submissão sem precedentes, o que, além do controle das fontes do petróleo árabe, fortaleceria os ianques perante as outras economias e abriria caminho para uma nova partilha do mundo sob a batuta norte-americana. Este objetivo é vital para o imperialismo, conforme o reconhece o ex-secretário de Estado americano Alexander M. Haig (OESP, 2/09/90) "... Bush simplesmente

não pode perder. Porque se ele perder, não será apenas uma perda pessoal, mas será uma perda nacional. E isso é o que é importante. Creio que uma derrota nesse conflito reduziria os Estados Unidos à irrelevância neste mundo multipolar e interdependente...". É evidente, portanto, que mesmo que não se dê o conflito bélico aberto, os norte-americanos reforçarão a sua presença militar na região do Golfo Pérsico, ainda mais agora que contam com a cumplicidade da burocracia soviética pró-imperialista. A raiz da crise não é, evidentemente, a anexação do Kuwait, senão a opressão imperialista dos povos árabes e palestinos, por isso é preciso denunciar a hipocrisia da burguesia e pequena burguesia do mundo inteiro que, sob o pretexto de defender a soberania da família real sobre o Kuwait, apóia na verdade a operação de esmagamento, não só do Iraque, mas de todas as massas árabes e palestinas. Ao contrário, é preciso defender um genuíno movimento antiimperialista no mundo árabe, o que significa armar as massas e derrotar todas as oligarquias burguesas e feudais que submetem seus povos ao atraso mais abjeto e ao domínio imperialista. Isso coloca a necessidade de levantar poderosos partidos operários que, armados do programa da revolução e ditadura proletárias, sejam capazes de levar a consciência às massas oprimidas. Os problemas nacionais e fronteiriços não poderão ser superados no marco do capitalismo, o que se traduz em guerras fratricidas. A superação definitiva destes problemas somente poderá vir do progresso gigantesco das forças produtivas que os povos realizarão quando tiverem se libertado da opressão do regime capitalista e instaurado a sociedade sem classes no mundo inteiro. Mas no caso de uma guerra do imperialismo contra o Iraque, os revolucionários se colocam contra o Imperialismo, pelo armamento das massas árabes e palestinas para expulsar os ianques do Golfo Pérsico.

**FORA O IMPERIALISMO DO GOLFO PÉRSICO!!**

**Abaixo o Boicote!**

**Que os povos árabes resolvam seus próprios problemas!**

# Trotsky vive no Programa da Revolução Permanente

A 20 de agosto de 1940, em seu exílio de Coyoacan no México, morria o revolucionário russo León Trotsky (Lev Davidovich Bronstein), assassinado pelo agente de Stalin, Ramón Mercader.

Com o assassinato de Trotsky, Stalin pretendia liquidar a revolução proletária internacional e a tradição revolucionária de Outubro. Com este objetivo, foi montada a farsa dos processos de Moscou, através dos quais liquidou com a velha guarda bolchevique que dirigiu a revolução russa. Porém, no seu caminho interpunha-se um obstáculo, Trotsky, que mesmo banido por todos os governos "democráticos" da Europa (nenhum país europeu aceitou conceder-lhe asilo) e confinado em seu exílio mexicano, apontava o dedo acusador contra a burocracia reacionária e se erguia como o farol da consciência do proletariado internacional. A sua eliminação era, portanto, uma necessidade imperiosa para o stalinismo e a reação mundial.

Apesar de ser um pouco mais jovem que Lenin, Trotsky pertenceu a mesma geração de revolucionários russos que aderiram ao marxismo na passagem do século, combateram nas revoluções de sua época, viveram as prisões e o exílio e, finalmente, participaram da construção do primeiro Estado operário da história. Ele pertenceu ao núcleo central do POSDR (Partido Operário Social Democrata Russo) até a sua cisão em 1904. Na Revolução de 1905, foi presidente do Soviet de Petrogrado, até ser preso e condenado à prisão perpétua, da qual consegue fugir posteriormente.

Em seu folheto "Balanço e Perspectivas" desenvolve pela primeira vez a teoria da Revolução Permanente, segundo a qual a revolução na Rússia não deveria "obrigatoriamente" passar pelo regime da democracia burguesa, isto porque a burguesia russa não tinha forças para se insurgir conseqüentemente contra o Estado czarista, ficando para o proletariado a missão de realizar as tarefas democráticas inacabadas. Ora, o proletariado uma vez tomado o poder, dizia Trotsky, não ia entregá-lo graciosamente aos capitalistas para que estes continuassem a esmagá-los. A realização das tarefas democráticas iria acompanhada de medidas socialistas, dada a natureza da nova classe dominante, o proletariado. Não se separa, portanto, uma etapa democrática e outra socialista, senão que é concebida como revolução permanente.

Esta elaboração teórica de Trotsky, cujo acerto se confirmou no decorrer da revolução russa, o coloca ao lado dos clássicos do marxismo, mas a sua contribuição não foi só teórica.

Na revolução de outubro, Trotsky foi o companheiro de Lenin na direção do Partido bolchevique e na insurreição, assim como contribuiu para a edificação do Estado Operário. Foi ele também que ergueu o Exército Vermelho e dirigiu a guerra contra a reação branca e o exército de 8 países capitalistas que se uniram para afogar a revolução proletária. Participou da fundação da III Internacional e redigiu vários de seus principais documentos.

## A IV Internacional

O seu legado mais importante, contudo, foi o de dar continuidade à tradição revolucionária. Ele era consciente do papel histórico que lhe cabia, o de transmitir a experiência revolucionária bolchevique às novas gerações que iriam atuar depois da 2ª Guerra Mundial. A essa tarefa dedicou toda sua energia, em meio às condições mais adversas possíveis, batalhando incansavelmente para levantar o Partido Internacional da Revolução, a IV Internacional. Para sua fundação, em 1938, Trotsky redigiu o folheto "A agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional", conhecido como o Programa de Transição. Nele se assinala que o capitalismo é um organismo putrefato e que se ainda não foi enterrado, isto se deve à traição das direções operárias que degeneraram, a socialdemocracia primeiro, o stalinismo depois, e conclui que a situação política mundial se caracteriza pela crise histórica de direção do proletariado. Superando a separação entre Programa mínimo e Programa máximo, levanta um conjunto de reivindicações transitórias, cuja função é permitir às massas avançar a partir das suas reivindicações elementares, a se chocar contra o estado burguês e confluir para a revolução proletária.

Nos Estados Operários degenerados, onde já ocorreu a expropriação dos capitalistas, se coloca a necessidade da revolução política, isto é, das massas trabalhadoras derrubarem a parasitária casta de burocratas e restaurar a ditadura do proletariado, sob pena de condenar a revolução à derrota. A contra-revolucionária Perestroika confirma a correção e atualidade daquele prognóstico.

Nos países atrasados, por seu lado, cabe ao proletariado encabeçar o movimento antiimperialista, colocando-se à frente da nação com o programa da revolução e ditadura proletárias, isto é, constituindo a Frente Revolucionária Anti-imperialista. Esta tarefa, entretanto, exige a construção de sólidos partidos operários revolucionários, que se oponham às experiências democratizantes dos reformistas e nacionalistas, que procuram arrastar as massas para as frentes com as classes inimigas do proletariado, a exemplo do que hoje pretende o PT e sua UDP.

Desde a morte de Trotsky, as condições políticas e econômicas para a revolução socialista mundial não deixaram de amadurecer. A agonia mortal do capitalismo se evidencia nos violentos choques intercapitalistas, na tendência permanente às guerras e mais recentemente na brutal intervenção ianque no Golfo Pérsico. A aguda miséria a que são submetidas as massas dos países semicoloniais e o saque perpetrado contra suas economias dão conta também do avançado estágio de putrefação do capitalismo, que já não pode mais alimentar os seus escravos.

Hoje, como em 1940, o que se coloca é a revolução proletária, a construção do Partido Internacional da Revolução, a IV Internacional, cujos fundamentos foram postos por León Trotsky.

VIVA A IV INTERNACIONAL!!